

**Análise do Impacto do Programa de Microcrédito Urbano (CREDIAMIGO) sobre a qualidade de vida das famílias beneficiadas no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso no Município de Iguatu****Analysis of the Impact of the Urban Microcredit Program (CREDIAMIGO) on the quality of life of the families benefited in the State of Ceará: A Case Study in the Municipality of Iguatu**

DOI:10.34117/bjdv6n9-347

Recebimento dos originais: 08/08/2020

Aceitação para publicação: 15/09/2020

**Harine Matos Maciel**

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Professora do IFCE – campus Baturite  
Endereço: Avenida Ouvidor Vitoriano Soares Barbosa, 160, Sanharao, Baturite, 62760-000  
E-mail: harine@ifce.edu.br

**Wlisses Matos Maciel**

Doutor em Irrigação e Drenagem, Professor do IFCE – campus Umirim  
Endereço: Rua Carlos Antonio Sales, sem numero, Floresta Umirim, 62660-000  
E-mail: wlissematos@yahoo.com.br

**RESUMO**

O crédito é um dos melhores instrumentos para o desenvolvimento social, mas as dificuldades de comprovação de renda, as garantias solicitadas e as altas taxas de juros inibem o acesso ao crédito tradicional pela maioria das atividades informais e microempresas. Neste cenário criaram-se programas de microcrédito com o objetivo de suprir estes setores da economia que não se beneficiavam dos créditos bancários existentes. O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto do Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) sobre a qualidade de vida das famílias beneficiadas no Estado do Ceará. Os dados analisados foram obtidos a partir de uma pesquisa de campo no município de Iguatu. Na análise da qualidade de vida dos entrevistados recorreu-se ao cálculo do Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários e não beneficiários. O IQV dos beneficiários e não beneficiários é de média qualidade de vida. As maiores contribuições do IQV vieram das condições de moradia, educação e saúde, e a menor veio do lazer. O Programa Crediamigo tem agilizado o acesso ao crédito aos pequenos e médios comerciantes. É necessário acompanhar de forma mais rigorosa os recursos concedidos, orientando os beneficiários quanto à sua melhor forma de atuação junto ao mercado.

**Palavras-chave:** Microcrédito, Iguatu, Qualidade de Vida, Ceará.

**ABSTRACT**

Credit is one of the best instruments for social development, but the difficulties in proving income, the guarantees requested and the high interest rates inhibit access to traditional credit for most informal activities and microenterprises. In this scenario, microcredit programs were created to supply these sectors of the economy that did not benefit from existing bank credits. This study aimed to analyze the impact of the Urban Microcredit Program (Crediamigo) on the quality of life of the families benefited in the State of Ceará. The data analyzed were obtained from a field research in the municipality of Iguatu. In the analysis of the quality of life of the interviewees, the calculation

of the Quality of Life Index (IQV) of the beneficiaries and non-beneficiaries was used. The IQV of the beneficiaries and non-beneficiaries is of medium quality of life. IQV's greatest contributions came from housing, education and health conditions, and the smallest came from leisure. The Crediamigo Program has speeded up the access to credit for small and medium traders. It is necessary to follow up more rigorously the resources granted, guiding the beneficiaries as to the best way to operate in the market.

**Keywords:** Microcredit, Iguatu, Quality of Life, Ceará.

## 1 INTRODUÇÃO

Experiências no mundo inteiro demonstram que o acesso ao crédito por atividades formais e informais, promove o fortalecimento econômico dos empreendimentos e propicia a criação de novos postos de trabalho.

O crédito é um dos melhores instrumentos para o desenvolvimento social, mas as dificuldades de comprovação de renda, as garantias solicitadas e as altas taxas de juros inibem o acesso ao crédito tradicional pela maioria das atividades informais e microempresas, o que tornam esses segmentos alvo de organizações de microfinanças.

Segundo o Centro de Estudos em Microfinanças (CEMF) da Faculdade Getúlio Vargas, o conceito de microfinanças está relacionado à oferta de serviços financeiros para população de baixa renda, geralmente excluídas do sistema financeiro tradicional. O microcrédito é a concessão do crédito produtivo para essa população de baixa renda e tem sido uma importante ferramenta de inclusão social em diversos países.

O Banco *Grameen* de Bangladesh criado em 1976 pelo professor de economia Muhammad Yunus é considerado o principal marco referencial na história do microcrédito mundial. O professor com recursos próprios e a ajuda de seus alunos, iniciou a concessão experimental de créditos a pessoas pobres para serem utilizados em atividades produtivas.

Com a experiência do Banco *Grameen* e de outras iniciativas pioneiras como o *Bank Rakyat* da Indonésia, houve uma disseminação do microcrédito durante as décadas de 1980 e 1990 por diversos países da Ásia, África e América Latina.

A experiência pioneira de microcrédito no Brasil foi a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - UNO, entidade criada em 1973, com o objetivo de apoiar micro e pequenos empreendimentos da região Nordeste, através de financiamento, capacitação gerencial, apoio à comercialização e estímulo à formação de cooperativas e associações de microprodutores.

Com o sucesso de outros programas no Brasil, o Banco do Nordeste teve uma iniciativa pioneira, que lançou o programa Crediamigo em 1997, passando a atuar diretamente na concessão

de microcrédito. De acordo com Parente (2002), o Banco do Nordeste tornou-se a segunda maior instituição no fornecimento de microcrédito na América Latina, em apenas dois anos de atividades.

Neri (2008) afirma em seu estudo sobre os dez anos de atuação do Programa Crediamigo, que este foi o responsável-chave pelo crescimento do microcrédito nas áreas urbanas mais pobres do país, pois ocupa mais de 60% do mercado brasileiro de microcrédito, podendo ser considerado como o autêntico *Grameen Bank* brasileiro.

O objetivo deste estudo foi mensurar a qualidade de vida dos beneficiários pelo Programa Crediamigo no município de Iguatu, podendo assim ser oferecido como base para a avaliação do programa nos próximos anos.

## **2 O MICROCRÉDITO NO BRASIL**

No Brasil o microcrédito demorou para atuar fortemente devido a três razões: as altas taxas de inflação, a tradição de crédito governamental dirigido e subsidiado para programas sociais e a legislação estrita, que condenava como usura toda ação concorrencial com as instituições financeiras convencionais.

Segundo Amaral (2005), o Brasil conta com diversos elementos que o credenciam a tornar-se um dos principais mercados para o microcrédito em todo o mundo. Entre esses elementos, podem-se mencionar:

- ⇒ a existência de um expressivo segmento de micro e pequenos empreendimentos, disseminados por todo o território nacional e em quase todos os ramos de atividade econômica;
- ⇒ profundas desigualdades sociais e de altos níveis de desemprego e de informalidade na economia, características que, por um lado, reforçam a relevância social do microcrédito e, por outro, criam um ambiente favorável ao desenvolvimento desse setor;
- ⇒ existência de um setor bancário cuja oferta de serviços se direciona aos segmentos de maior poder aquisitivo, gerando importantes déficits de atendimentos nos segmentos de menor renda e nas localidades mais pobres do país.

Todos esses fatores contribuem para existir uma grande demanda potencial para o microcrédito no Brasil. Uma tentativa de quantificar essa demanda foi realizada por Nichter *et al* (2002). A partir do cruzamento de diversas bases de dados, os autores chegaram à estimativa da existência de 16,4 milhões de microempreendimentos no país, incluindo microempresas formais, empreendimentos informais urbanos e pequenas propriedades rurais.

A experiência pioneira de microcrédito no Brasil ocorreu no contexto das atividades da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), entidade criada em 1973 com o

objetivo de apoiar micro e pequenos empreendimentos da região Nordeste. Os recursos iniciais vieram de doações internacionais, posteriormente, incrementados por outras linhas de crédito. Juntamente com a concessão do crédito, a UNO capacitava os clientes em temas básicos de gerenciamento. A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos em Pernambuco e na Bahia, formou dezenas de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e, durante muitos anos, foi a principal referência para a expansão dos programas de microcréditos na América Latina.

Apesar do sucesso do programa, a UNO desapareceu após dezoito anos de atuação por não considerar a auto-sustentabilidade fundamental em suas políticas. Segundo Silveira Filho (2005), o programa UNO poderia ter assegurado sua auto-sustentabilidade baseando-se em duas medidas. A primeira, transformação das doações recebidas em patrimônio financeiro que pudesse ser emprestado a juros de mercado e, assim, gerar receitas e capitalizar a entidade. A segunda, negociar com os parceiros a cobrança de juros reais em todas as linhas de créditos que operava de modo a ter um ganho para capitalização.

Com a extinção do programa UNO, a metodologia de trabalho e os recursos humanos foram absorvidos por diferentes programas de microcrédito. No caso da Bahia, por exemplo, o Centro de Apoio Gerencial às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (CEAG) substituiu o programa UNO.

A segunda organização a entrar no segmento de microfinanças no Brasil foi o Banco da Mulher, criado em 1982 no Rio de Janeiro. Seu objetivo principal era inserir a mulher na sociedade e com a qualidade de vida na família. O Banco da Mulher hoje atua em alguns estados como Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul.

Inicialmente, o banco atendia apenas ao público feminino. Posteriormente, incorporou também a clientela masculina. Atualmente, o Banco da Mulher forma uma rede com representação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da Bahia. O Banco é filiado ao *Women's World Banking*, que mantém filiados em diversos países.

Em 1986, foram criados o Banco do Microcrédito, no Paraná, e o PROMICRO, no Distrito Federal. Já em 1987, a partir da experiência da *Accion International* e de organizações não-governamentais colombianas, a metodologia dos grupos solidários que utiliza o aval solidário foi replicada no Brasil com a criação do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), instituída sob a forma de organização não-governamental e considerada a primeira organização formal em microcrédito.

O Centro Ana Terra contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Inter-American Foundation* (IAF) que aportaram recursos para os financiamentos. Apesar de o Centro ser predominante na região Nordeste, seu sucesso resultou na sua reprodução em vários estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, totalizando atualmente doze Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos.

Na década de 1990 inicia-se o processo de expansão do setor de microfinanças no Brasil, estimulado principalmente pela estabilização monetária ocorrida a partir de 1994 com o Plano Real, contribuindo para um aumento expressivo da demanda por microcrédito, ampliação do leque institucional envolvido com as microfinanças e início da construção de uma regulação da atuação do setor de microfinanças no Brasil.

Também na década de 90 os estados e municípios passaram a realizar operações de microcrédito no Brasil. De acordo com Alves e Thedim (2004) antes da expansão do setor de microfinanças no país, as instituições que ofereciam microcrédito eram organizações não-governamentais sem fins lucrativos (ONGS), com apoio de agências de fomento e cooperativas de crédito, de âmbito rural, que haviam se especializado em realizar pequenos créditos para atividades produtivas de pessoas que não tinham acesso ou tinham muita dificuldade de acesso ao sistema financeiro formal no Brasil.

Os estados e os municípios criaram programas de microcrédito em duas modalidades institucionais: 1) programas estatais, ou seja, operados pelo próprio poder público; e 2) programas desenvolvidos em associação com entidades não governamentais sem fins lucrativos. Entre os programas estatais criados desde então incluem-se: o Banco do Povo Paulista, criado em 1998, presente em 433 municípios do Estado de São Paulo em janeiro de 2007; o Banco do Povo de Goiás, criado em 1999, presente em 226 municípios em julho de 2005; o Programa Nosso Crédito, do governo do Estado do Espírito Santo, criado em 2003, presente em 55 municípios em fevereiro de 2007 (SILVA, 2007, p.22).

De acordo com Monzoni Neto (2006, p.52):

Em 1990, fruto do sucesso das iniciativas anteriores foi criada a Federação Nacional (FENAPE), hoje CEAPE Nacional. A rede se expandiu durante a década de 90 para vários estados como São Paulo, Paraíba, Pará e Bahia. Hoje, depois do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Sistema CEAPE é o ator mais relevante quando se trata de microfinanças no Brasil, com mais de 23 mil clientes e movimentando pelo menos R\$ 17 milhões.

Ainda na década de 90 apareceram diversas políticas públicas voltadas para a concessão de microcrédito. Segundo Silva (2007), a primeira experiência de microcrédito como ação pública de

microcrédito produtivo orientado foi o Prorenda - CE, criado a partir de um acordo bilateral entre o governo do Ceará e o governo alemão, sendo operacionalizado do ano de 1990 a 1997. O objetivo principal do programa era contribuir para a geração de emprego e renda, através de assistência técnica e financiamentos.

No ano de 1994 foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), com o objetivo de conceder crédito e oferecer capacitação gerencial e acompanhamento técnico aos micro e pequenos empreendimentos, formais e informais.

A Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL nasce em 1995, cujo objetivo era fornecer crédito com pouca burocracia, rapidez e taxas acessíveis aos pequenos empresários, informais ou não, como forma de fomentar o desenvolvimento de Porto Alegre e de outros municípios do Estado.

De acordo com Silveira Filho (2005, p.58):

O Portosol vem concedendo crédito a pequenos empreendimentos, tanto para capital de giro (adequação do fluxo de caixa do empreendimento e compra de matéria-prima), quanto para capital fixo (compra de máquina e equipamentos, reformas e ampliações das instalações do negócio). As garantias das operações baseiam-se em aval simples ou solidário, cheque e alienação de bens. Até 31/12/2001, a Portosol realizou cerca de 28,5 mil operações de crédito que somaram R\$38,7 milhões.

Ainda em 1995 criou-se o Sistema Cresol que é uma iniciativa empreendida por organizações não-governamentais e entidades de representação social da agricultura familiar no Sul do Brasil e atende, exclusivamente, esses agricultores. A área de abrangência do Sistema Cresol corresponde a 220 municípios nos três estados da região Sul.

Os objetivos do Sistema Cresol são o fortalecimento e o estímulo às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, por intermédio da concessão de crédito, de maneira que contribuam com o desenvolvimento de suas comunidades.

De acordo com o estudo de caso desenvolvido por Schröder (2005), o Sistema Cresol tem participado ativamente do processo de negociação da política de crédito rural para os agricultores. Tem também contribuído para a formulação de políticas públicas para a expansão do crédito rural.

O VivaCred, localizado na favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, teve sua criação em 1996, por iniciativa do Movimento Viva Rio, com o objetivo de oferecer financiamento a micros e pequenos empresários, especialmente nas comunidades carentes. Atualmente, possui quatro agências localizadas nas favelas da Rocinha, Maré e Rios das Pedras e na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrou nesse mercado apenas em 1996, ao criar o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP). Esse programa tinha o objetivo de disponibilizar linhas de crédito baratas e de longo prazo para instituições de microcrédito brasileiras.

Outro exemplo a ser mencionado é a iniciativa pioneira do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que lançou o programa Crediamigo, em 1997, passando a atuar diretamente na concessão de microcrédito com o objetivo de descentralizar a atuação do banco, buscando um desenvolvimento local sustentável.

Para a criação do Crediamigo ocorreu em 1997 uma pesquisa em parceria com o Banco Mundial a fim de identificar o público-alvo para microcrédito na região Nordeste e ajudar a simular um modelo financeiro que forneça subsídios para a formulação de um projeto-piloto. O Crediamigo iniciou suas operações em abril de 1998, após cinco meses de experiência com cinco agências-piloto.

O Programa Crediamigo utiliza como base a metodologia de grupos solidários, após visitas a instituições de microcrédito no exterior, entre as quais o *Grameen Bank*, em Bangladesh, e o Bancosol, na Bolívia. A partir de 1999 a instituição introduziu a metodologia de contratos individuais e em 2005 iniciou uma experiência de utilização da metodologia de bancos comunitários.

Farranha (2005) diz que a literatura sobre microcrédito afirma que o Banco do Nordeste do Brasil foi o primeiro banco público a fornecer diretamente crédito para micro e pequenos empreendedores do setor informal. O Crediamigo é considerado uma das únicas iniciativas mundiais bem-sucedidas organizadas por um banco estatal.

Os pilares de desenvolvimento do programa Crediamigo são:

- ⇒ acesso ao crédito através de grupos solidários, em substituição às garantias tradicionais;
- ⇒ atendimento personalizado, realizado por assessores no próprio estabelecimento produtivo;
- ⇒ empréstimos rápidos e sucessivos.

O Crediamigo facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. De acordo com o trabalho de Neri e Medrado (2005), o setor que mais concentra os clientes do Crediamigo é o comércio, abrangendo 92% dos clientes.

Associado ao crédito, o Crediamigo oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado. Além disso, o Programa de Microcrédito do BNB abre conta corrente para todos os seus clientes, sem cobrar taxa de abertura e manutenção de conta, facilitando o recebimento e a movimentação do crédito.

Segundo Diniz (2002), a metodologia do aval solidário consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito produtivo orientado do país, garantindo a milhares de empreendedores o fortalecimento de sua atividade e a melhoria da qualidade de vida de sua família.

Nichter, Goldmark e Fiori (2002) determinaram a taxa de penetração das microfinanças no Brasil no ano de 2001. A taxa de penetração da indústria de microfinanças no Brasil é de 2% da demanda potencial. Essa taxa de penetração varia de acordo com a região, pois o Nordeste se destaca por seu alto índice de atividade microfinanceira. Uma das razões desse grande sucesso do microcrédito nessa região foi à criação do Programa Crediamigo, em 1997, pelo BNB. Já nas regiões Sudeste e Norte há uma baixa penetração do setor de microfinanças.

Neri (2008) afirma em seu estudo sobre os dez anos de atuação do Programa Crediamigo, que foi o responsável-chave pelo crescimento do microcrédito na região Nordeste, cujas taxas de crescimento são superiores às brasileiras. Ele informa que, comparando os resultados das duas pesquisas da Economia Informal Urbana - ECINF, publicadas pelo IBGE em 1997 e 2003, o acesso ao crédito no Nordeste subiu de 3,97% para 6,27%, enquanto nas outras áreas urbanas brasileiras passou de 5,34% para 5,99%.

Ainda segundo Neri (2008, p.5):

Dadas as características de aval solidário, sustentabilidade, retorno privado, emancipação da pobreza, foco e retorno das mulheres e o fato de ocupar mais de 60% do mercado brasileiro de microcrédito, o Crediamigo pode ser considerado como o autêntico *Grameen Bank* brasileiro.

Segundo o *ranking* “Liga de Campeões - Os 100 da América Latina e Caribe” produzido anualmente pela *Microfinance Information Exchange* e publicado pela revista *MicroEmpresa Américas*, classificou em 2006 o Programa Crediamigo como a segunda maior instituição de microfinanças (IMF) da América Latina e Caribe entre as entidades que trabalham exclusivamente com empréstimos para microempreendedores (UASF, 2007).

De acordo com os dados do Relatório Financeiro da *Acción International* (ACCIÓN, 2006), referente ao período dezembro/2004 a dezembro/2005, o Crediamigo ocupa posição de destaque dentre as outras instituições de microfinanças na América Latina filiadas à Rede *Acción*. O Relatório



ainda mostrou que 95% dos clientes atendidos pelo Crediamigo, em 2005, foram através de operações solidárias.

Uma análise comparativa entre os Programas Crediamigo na cidade de Recife e do Banco *Caja Social da Colômbia* desenvolvido por Forte (2006), chegou-se a conclusão de que as famílias entrevistadas se desenvolveram a partir da inserção no mercado de trabalho através de seus pequenos negócios.

Sant`Anna (2000) também desenvolveu um trabalho de análise sobre o Programa Crediamigo na cidade de Fortaleza no ano de 2000, chegando a conclusão de que o programa foi eficaz na sua ação em relação a concessão de microcrédito e que os microempreendedores estão satisfeitos com o crédito recebido do programa.

Um outro exemplo bem-sucedido de microcrédito é o Banco Palmas inaugurado no ano de 1998 na cidade de Fortaleza – Ceará. O objetivo do banco é garantir microcrédito para as famílias, a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os vizinhos passam a dar a garantia ao tomador do crédito, assumindo se a pessoa é responsável ou não.

O objetivo inicial do Banco foi o combate à pobreza com desenvolvimento local e mobilização social. Segundo Melo (2003), o banco pretendia aproveitar as potencialidades do bairro, tendo a solidariedade como princípio, articular o diálogo entre governo local e sociedade civil e desenvolver uma estrutura financeira de créditos para os mais pobres como alternativa de superação da pobreza.

Conforme Joaquim, o coordenador do Banco Palmas, o projeto de início foi financiado por um empréstimo de cerca de mil dólares, concedido pela ONG CEARAH Periferia. Alguns meses depois recebeu recursos a fundo perdido da cooperação internacional da OXFAM e da GTZ-PRORENDA. Atualmente, o banco recebe apoio financeiro da cooperação internacional e de fontes públicas locais. Os recursos arrecadados através dos juros, que são poucos, também ajudam a pagar as despesas do Banco.

O Banco Palmas criou o Palma para circular a riqueza dentro do Conjunto Palmeira. Cada Palma equivale a R\$ 1. Os moradores conseguem a moeda com o próprio trabalho ou com empréstimo do banco. A finalidade dessa moeda social é estimular o consumo de bens e serviços produzidos pela própria comunidade.

De acordo com o Coordenador do Palmas, o diferencial do Palma é que o crédito oferecido pelos bancos comunitários em moeda oficial funciona com taxas de juros de 0,5% a 3%, abaixo das praticadas pelo mercado, mas a moeda social Palma, como mostra a figura 6, funciona com taxas de juros zero.

No início a criação do Palma trouxe um grande problema para a comunidade, pois o Banco Central em 2003 acusou o Banco Palmas de crime contra a União por emissão indevida de moeda. No entanto, após a prestação de depoimentos por parte dos participantes do sistema, foi reconhecido o caráter social do projeto e concluiu-se que o Palma não concorria com o Real, pois equivalem a recebíveis como vale-transporte, não sendo válidas para pagamento de impostos.

O Banco Central também recomenda que a aparência das notas se difira claramente do aspecto da moeda oficial. Joaquim afirma que em 2005 foi pedida uma normatização do sistema do Banco Central, mas de início conseguiram somente um consentimento para continuar operando. Essa situação evoluiu para um acordo de funcionamento, no qual o Banco Palmas envia anualmente um relatório para o Banco Central.

O Banco Palmas é um Banco Comunitário e não um Banco do Povo, pois um Banco Comunitário oferece serviços financeiros solidários de natureza associativa e comunitária. O banco é de propriedade da comunidade. Já o Banco do Povo é uma Organização Não Governamental, subvencionado por uma Administração Pública.

Ainda de acordo com o coordenador do banco, este já é completamente sustentável, pois tem hoje 550 clientes na carteira ativa de crédito e juntando com os parceiros que aceitam o cartão de crédito (Palmacard) tem 1.200 clientes no total. O custo operacional do banco varia de R\$ 4.000 a R\$ 5.000 reais por mês e tem uma receita que gira em torno de R\$ 8.000 a R\$ 9.000 reais por mês. Isso é possível devido a duas fontes permanentes de renda do banco que são correspondentes bancário do Banco do Brasil e os resultados financeiros das operações de crédito.

A criação do banco aumentou a renda das famílias devido ao acesso ao crédito. O Banco Palmas criou o Palma, uma moeda social com a qual os moradores compram, vendem e movimentam a economia local. Os moradores conseguem a moeda com o próprio trabalho ou com empréstimos do banco. A população compra no bairro para ajudar os próprios moradores, pois a união dos moradores traz mais desenvolvimento, pois gera emprego e renda, melhorando, assim, a vida da população local.

O Conjunto Palmeira cresce a cada dia e sua experiência está sendo levada para todo o país, pois seu objetivo de romper o ciclo da pobreza e melhorar a renda da população com projetos de desenvolvimento social local ajudam a promover o desenvolvimento humano.

Pode-se também destacar o surgimento, nos últimos anos, dos chamados Bancos do Povo. São iniciativas de governos estaduais como parte da política pública de geração de trabalho e renda.

O Banco do Povo é criado como instituição específica para o fornecimento de crédito para investimentos em pequenas atividades mercantis. Seu funcionamento exige a existência de agentes

de crédito especializados, capazes não somente de avaliar a viabilidade econômica dos empréstimos, como também de acompanhar e orientar os devedores em suas atividades.

As diferentes concepções de Banco do Povo coincidem ao avaliar que é necessário o apoio oficial em certos aspectos de suas atividades. O Estado deve apoiar não somente a constituição dos fundos iniciais para o crédito, como também financiar o treinamento e qualificação dos agentes especializados de crédito.

Tem-se como exemplo de sucesso o Banco do Povo da Prefeitura de Recife, desenvolvido através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que tem como objetivo orientar e facilitar o acesso ao crédito, aos cidadãos e cidadãs que já têm ou pretendem abrir um pequeno negócio. Além de oferecer capacitação adequada ao perfil do empreendedor, além de contribuir com a construção de estratégias de organização dos empreendedores da cidade do Recife.

O estudo de Geraldo (2005) sobre o Banco do Povo de Blumenau no Estado de Santa Catarina, concluiu que o microcrédito teve impactos positivos nos empreendimentos e na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias.

Rodrigues (2008) analisou o Banco Popular de Teresina e mostrou que a política de melhoria de renda desenvolvida pelo banco, através do microcrédito, apresentou resultados positivos. O banco está cumprindo sua missão, pois atinge um número cada vez mais de beneficiários e contribui para a elevação da renda dos empreendedores que procuram por seus financiamentos.

Há um Banco do Povo também muito conhecido que é o São Paulo Confia, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 12 de julho de 2001, com o objetivo de oferecer crédito a pessoas de baixa renda, que não conseguem acesso a financiamento no sistema bancário tradicional.

Um estudo desenvolvido por Monzoni Neto (2006) revela que o Programa São Paulo Confia gera R\$ 4.270 de lucro líquido, trazidos a valor presente pelo custo de capital de 6% a.m, para o empreendedor que teve a oportunidade de participar do Programa. Este valor já considera o desconto de geração de renda média que um grupo de comparação obteria sem estar no Programa. Mais do que isto, o estudo demonstra que o retorno sobre o microcrédito oferecido é de tal tamanho, que torna irrelevante a discussão sobre custo de capital ou taxa de juros praticados pelo mercado.

No mesmo modelo do São Paulo Confia, no Estado do Ceará foi criado o primeiro Banco do Povo em agosto de 1996, no governo de Tasso Jereissati.

Os Bancos do Povo estão presentes em todo o país como em Goiás, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Rio Grande do Sul, Alagoas e Sergipe. O capital é mínimo, mas o necessário para que as pequenas atividades possam ser estimuladas. De acordo com

Carneiro (2004) há uma grande crítica em torno desses bancos porque ao cobrar apenas 1% de juros ao mês, caso do estado de São Paulo, tais organizações nunca conseguirão atingir sua auto-suficiência. Dessa forma, elimina-se a possibilidade de a agência alcançar sua autonomia política e sustentabilidade econômica.

Segundo Costa *apud* Parente (2002), o governo acaba fornecendo crédito a fundo perdido, pois a experiência internacional desaconselha operar com taxas inferiores às de mercado.

Na década de 2000 foram criadas no Brasil associações de instituições de microcrédito, que contribuiriam para a troca de experiências. A primeira delas foi a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (Abcred).

Desde a sua criação, a Abcred realizou um diálogo com instituições do governo federal, principalmente com a Presidência da República, o Banco Central, o BNDES, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, os Ministério do Trabalho e da Fazenda, com o objetivo de contribuir para a formulação de políticas que promovam a ampliação da oferta de microcrédito no país. Sua atuação foi fundamental para a formulação de uma política nacional de apoio ao microcrédito, que resultou na criação do PNMPO em 2005 (ALVES; THEDIM, 2006 *apud* SILVA, 2007, p.69).

Temos como exemplo a Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Itabuna Solidária, instalada no Município de Itabuna no Estado da Bahia, foi criada no ano 2000 com formato institucional inspirado em outras instituições do gênero, a exemplo da ICC Conquista Solidária e da ICC Porto Alegre Solidária.

O Programa SEBRAE de Apoio ao Segmento de Microcrédito surgiu em 2001, tem como principal objetivo contribuir para a construção de um amplo e sólido segmento de microfinanças auto-sustentáveis e integradas ao sistema financeiro nacional. Este programa tem como prioridade ampliar a oferta e reduzir os custos do crédito e dos demais serviços financeiros aos micro e pequenos empreendimentos, incluindo os informais.

Já em junho de 2003 foi anunciado pelo Presidente Lula as primeiras medidas nas áreas da inclusão bancária e das microfinanças. Foi o chamado “Pacote do Microcrédito” que tinha como objetivos estimular a bancarização das camadas populares e fortalecer a expansão do cooperativismo de crédito.

Em 2005 o governo federal cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110. O objetivo era conceder crédito para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de

pequeno porte, aplicando a metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou o ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito, pois em 1997 foi realizado um encontro internacional sobre microcrédito com o objetivo de aumentar o alcance do microcrédito em todo o mundo, esperando que essa iniciativa incentivasse parcerias entre governos, investidores, setor privado, universidades, entre outros.

A criação do PNMPO foi o resultado de uma proposta de política feita por instituições de microcrédito, especialmente pelas associadas à Abcred, apresentada em 10 de abril de 2003 ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Abcred, 2003). A criação do PNMPO representou um marco no reconhecimento do microcrédito produtivo orientado como política pública de desenvolvimento socioeconômico, confirmando que o ano de 2005 trouxe bons resultados na área de microcrédito, pois muitos países mostraram esforços para alcançar os objetivos propostos para o ano internacional do microcrédito.

Criado também no ano de 2005, o Programa de Crédito Solidário para a Juventude – CredJovem, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, tem como objetivo proporcionar incentivos financeiros e apoio institucional a jovens de 16 a 29 anos que estudam ou estudaram em escolas públicas, para que possam desenvolver atividades produtivas, comerciais ou de serviços, na perspectiva da economia solidária.

Os jovens para participar devem formar um grupo e decidir coletivamente uma ocupação com a qual queiram trabalhar. Os jovens envolvidos nos projetos aprovados serão capacitados, financiados e receberão um acompanhamento técnico, além de um monitoramento por parte de técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O microcrédito cada vez mais está sendo explorado por bancos privados, após o comprovado sucesso dos programas dos bancos federais e estaduais. O Unibanco foi o primeiro banco privado no país a operar no segmento de microcrédito produtivo, oferecendo financiamento a empreendedores formais e informais e de baixa renda. A Unibanco Microinvest é resultado de uma parceria entre o Banco Fininvest e a *International Finance Corporation* (IFC).

A partir do Riocred foi criada a Microinvest, uma ONG resultante da parceria entre a Fininvest e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Conforme o Jornal Correio dos Bancos (2006) desde o início de sua operação, em 1998, a Microinvest desenvolveu mais de 12,4 mil operações, totalizando R\$ 21,5 milhões em financiamentos, dos quais R\$ 13,2 milhões foram concedidos no ano passado, Ano Internacional do Microcrédito, pela ONU.

A Microinvest fechou um acordo com a UCLA (*University Of California*), para pesquisa e consultoria em microfinanças. Após contatos realizados durante a conferência sobre microcrédito, em maio de 2005, em Chicago, a Unibanco Microinvest decidiu fazer um contrato de cooperação, pelo período de um ano, para expandir e treinar agentes de crédito.

De acordo com Monzoni Neto (2006) somente nesses últimos anos os bancos privados de varejo estão entrando nesse mercado. A iniciativa mais consolidada, embora com apenas seis anos, é o Real Microcrédito, do Banco Real. Nascida em 2002, essa iniciativa tem como objetivo oferecer microcrédito a microempresários formais e informais. Depois de começar pela favela de Heliópolis, na Grande São Paulo, o programa se expandiu para Campinas e a Baixada Fluminense.

O Real Microcrédito mostra que é possível apoiar o desenvolvimento econômico e social da população que não têm acesso ao sistema bancário tradicional. Além disso, estimula o crescimento sustentável.

Segundo Rocha (2008) atualmente o Banco Real possui mais de 55 mil clientes na Região Sudeste e Nordeste e é o primeiro banco internacional a atuar com microcrédito e o segundo banco comercial que trabalha com microfinanças em São Paulo. Para o final de 2008, a meta é atingir 120 mil clientes.

O Banco Santander também opera nesse mercado, por meio de parceria com a São Paulo Confia. A linha de microcrédito oferece empréstimos iniciais que variam entre R\$ 200 e R\$ 1 mil, podendo chegar a R\$ 50 mil. A concessão vai depender de dois critérios: o sucesso do negócio e o histórico de pagamento das parcelas anteriores. Os juros são de 2% ao mês. De acordo com o Valor Econômico (2003) essa taxa não é rentável para o banco, mas acredita que será em um horizonte de dois anos. Por dois motivos: até lá o montante de crédito concedido deve permitir ganhos de escalas, além da queda da taxa de juros.

O Santander tem programas de microcrédito semelhantes a esse no Chile e na Venezuela, com taxas também bastante baixas, mas que são rentáveis. Mostrando que possui grandes chances de sucesso.

O Bradesco e o Itaú também começaram a aderir ao programa de microcrédito do governo, adotando taxas menores para clientes de baixa renda. De acordo com o Jornal Tribuna da Imprensa (2003) o Unibanco colocou no ano de 2003 nas operações de microcrédito cerca de R\$ 34 milhões. Já o Bradesco, maior banco privado do país, emprestará aproximadamente R\$ 220 milhões.

No caso do Bradesco, a idéia é destinar os 2% do depósito compulsório às operações de pequeno valor, feitas na parceria com 2.823 agências dos Correios. A maioria dos clientes nesses correspondentes tomam empréstimos em valores que variam de R\$ 400 a R\$ 2 mil. A proposta do

Governo é que os bancos emprestem valores menores, entre R\$ 200 e R\$ 600, cobrando do cliente 2% ao mês e com operações desburocratizadas.

Nas experiências mais bem-sucedidas de microcrédito percebe-se que ele é um fator importantíssimo na melhoria da renda e condições de vida dos seus clientes. Há muitos casos em que há uma verdadeira revolução gerada por esses programas ao ajudar milhares de pessoas a saírem da pobreza e mesmo da indigência.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

Os dados foram obtidos através da aplicação de 60 questionários junto aos beneficiários e 60 aos não-beneficiários do Programa Crediamigo no município de Iguatu. Para verificar a influência do Programa de Microcrédito Urbano na melhoria da qualidade de vida da população beneficiada, foi feito um estudo comparando famílias que recebem o microcrédito com famílias que ainda não recebem. Para tanto foi utilizado um Índice de Qualidade de Vida - IQV, considerando os seguintes indicadores: condição de domicílio, acesso à saúde, acesso à educação, aspectos habitacionais, condições sanitárias e de higiene, situação econômica e condições de lazer das famílias entrevistadas no município selecionado.

Foi utilizado como referência o modelo desenvolvido por Neiva (2000) que desenvolve indicadores sociais e econômicos constituídos a partir das seguintes etapas: definição dos indicadores que vão compor o IQV e atribuição de escores às variáveis que compõe cada indicador.

O IQV é definido matematicamente como:

$$IQV = \frac{1}{F} \sum_{L=1}^F C_L \quad (1)$$

A contribuição de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida é obtida da seguinte maneira:

$$C_L = \frac{1}{M} \sum_{j=1}^m \left( \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{E_{ij}}{E_{\max i}} \right) \quad (2)$$

Onde: IQV = Índice de Qualidade de Vida da população, definido para cada período;  $E_{ij}$  = escore do  $i$ -ésimo indicador  $L$ , obtido pelo  $j$ -ésimo beneficiário;  $L = 1,2,3,\dots,F$  número de indicadores;  $j = 1, 2,3,\dots, m$  número de beneficiários;  $i = 1, 2, 3,\dots,n$  número de variáveis do indicador

$i$ ;  $E_{\max i}$  = escore máximo do  $i$ -ésimo da variável  $i$ ;  $C_L$  = contribuição do indicador  $L$  no Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários.

Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Qualidade de Vida (IQV) vai variar de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de qualidade de vida que o beneficiário apresenta. Portanto o valor 1 representa o nível ótimo de qualidade de vida. Dentro destes limites, optou-se por estabelecer os seguintes critérios: Baixo nível do IQV ( $0 \leq \text{IQV} < 0,5$ ), Médio nível do IQV ( $0,5 \leq \text{IQV} < 0,8$ ) e Alto nível do IQV ( $0,8 \leq \text{IQV} \leq 1$ ).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se as características sociais, econômicas e os resultados relativos ao Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários e não-beneficiários pelo programa em questão no Município de Iguatu – CE - 2011.

##### Características Socioeconômicas

- **Sexo:** dos beneficiários entrevistados 75% são do sexo feminino enquanto 25% do sexo masculino. Os não-beneficiários acompanham a maioria feminina com 81,6% e 18,4% do sexo masculino. Diferente do Programa Agroamigo que de acordo com Maciel (2009) financia o público masculino. Miranda (2008) em uma análise do financiamento rural no Estado do Ceará constatou que a grande maioria dos beneficiários também era do sexo masculino.

- **Faixa Etária:** 23% dos beneficiários têm idade entre 20 e 30 anos, sendo importante enfatizar a participação representativa de 20% entre 31 e 50 anos. Já 50% dos não-beneficiários se concentram em mais de 50 anos, dando ênfase também a idade entre 31 e 50 anos, 25%. A média de idade dos beneficiários é de 35 anos e dos não beneficiários de 42 anos. Analisando a participação dos jovens (até 30 anos de idade) no comércio, observa-se que 25% são não-beneficiários e 41,7% são beneficiários, mostrando a forte atuação dos jovens na participação de programas de microcrédito urbano.

- **Grau de Instrução:** dos entrevistados beneficiários, 50% possuem a quarta série fundamental completo, 16,4% o ensino médio completo e superior completo. Já os não-beneficiários 26,6% possuem a 8ª série fundamental completo e 7,3% nível superior. Observou-se que 9,6% de



beneficiários e 13,3% de não-beneficiários são sem instrução, sugerindo que a falta de instrução prejudica o trabalho, pois há a dificuldade de absorção de novos conhecimentos.

### **Qualidade de vida dos entrevistados no Município de Iguatu - Ceará**

Os resultados obtidos pelos indicadores que formam o Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários e não-beneficiários foram:

- **Indicador Saúde:** os dados revelaram que 58,3% dos beneficiários são atendidos por agentes de saúde que orientam a população principalmente na prevenção de doenças e atendimento básico. Além dos agentes de saúde, observa-se ainda que 23,3% dos beneficiários têm acesso a atendimento médico. Isto é um reflexo do Programa Saúde da Família (PSF), implementado pelo Governo Estadual, para melhorar, principalmente, a saúde da população que reside distante das cidades e não têm condições de se deslocar para os grandes centros em busca de atendimento. Os dados dos não-beneficiários revelam que 41,6% são atendidos por médicos, diferentes dos beneficiários que 58,3% são atendidos por agentes de saúde. Importante salientar a porcentagem significativa dos não-beneficiários (26,6%) que não possui acesso ao serviço de saúde.

- **Indicador Educação:** a maioria da população beneficiada e não beneficiada tem acesso, principalmente, os serviços de educação fundamental e média. Observa-se 46,6% e 41,6% dos beneficiários tem acesso ao serviço de ensino fundamental e médio, respectivamente. Enquanto que os não-beneficiários essa proporção é de 66,6% para ensino fundamental e 20% para o médio, ambos existentes próximo à comunidade onde residem e caso não seja muito próximo a prefeitura disponibiliza transportes diários.

- **Indicador Habitação:** este indicador foi considerado sob três aspectos: condição de moradia, tipo de construção e iluminação utilizada na residência. O primeiro aspecto a ser salientado diz respeito à condição de moradia e tipo de construção. A maioria dos beneficiários possui casa própria (86,6%), apresentando construção de tijolo, com reboco e piso de cimento (53,3%). Já nos não-beneficiários nota-se que 81,6% possuem casa própria e também a construção predominante é de tijolo, com reboco e piso de cimento (66,6%).

No que concerne ao tipo de iluminação utilizado, observa-se que 98,3% dos beneficiários e 96,6% dos não-beneficiários utilizam energia elétrica em suas residências. Rocha (2008) obteve resultados semelhantes em relação ao maior uso da energia elétrica nos municípios do Estado do

Ceará. O consumo de energia elétrica dos beneficiários e não-beneficiários teve grande influência de programas de eletrificação rural do Projeto São José e “Luz para Todos” no Estado do Ceará.

- **Indicador Condições Sanitárias:** para este indicador, foram consideradas as seguintes variáveis: destino dado aos dejetos humanos, tipo de tratamento da água, destino dado ao lixo domiciliar e origem da água para o consumo humano. No que diz respeito ao destino dado aos dejetos humanos pelos beneficiários, 58,3% possuem fossa séptica. Já o tipo de tratamento de água para o consumo, 86,6% utilizam água tratada. Em relação à origem da água, 83,3% utilizam água encanada. O destino dado ao lixo domiciliar é a coleta de lixo da Prefeitura (83,3%). Já 66,6% dos não-beneficiários possuem fossa séptica, um pouco acima dos beneficiários que são 58,3%. Em relação ao tipo de tratamento de água para o consumo, 83,3% utilizam água tratada. A origem da água foi 80% água encanada e o destino dado ao lixo domiciliar também é coleta pela Prefeitura (80%).

- **Indicador Lazer:** 66,6% da população beneficiada possui uma fonte de lazer, geralmente açude ou campo de futebol. Considerando os não-beneficiários, 70% dos entrevistados possuem uma fonte de lazer e 21,6% contam com duas fontes de lazer como açude e campo de futebol.

- **Indicador Econômico:** os dados revelaram que 50% dos beneficiários têm renda familiar mensal maior que um salário mínimo (R\$ 545,00), 25% renda mensal menor que um salário mínimo, 16,6% maior que dois salários mínimos e 8,4% maior que 3 salários mínimos. Situação diferente para os não beneficiários 58,3% tem renda menor que um salário mínimo, 23,3% renda maior que um salário mínimo, 10% maior que 2 salários mínimos e 8,4% maior que 3 salários mínimos. O resultado do indicador econômico mostrou que os beneficiários possuem melhor situação econômica que os não beneficiários como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Participação percentual dos beneficiários e não-beneficiários em relação ao indicador econômico no município de Iguatu – CE - 2011

Discriminação	Beneficiários		Não-Beneficiários	
	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)
R < 545,00	15	25	35	58,3
545,00 < R ≤ 1090,00	30	50	14	23,3
1090,00 < R ≤ 1635,00	10	16,6	6	10
R > 1635,00	5	8,4	5	8,4
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

## Análise do Índice de Qualidade de Vida dos Beneficiários e Não-Beneficiários pelo Crediamigo

Classificou-se a qualidade de vida em categorias, como baixo, médio e alto nível de qualidade de vida. A tabela 2 apresenta a participação de cada indicador na composição do Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários e dos não-beneficiários.

Tabela 2 - Participação dos indicadores na composição do IQV no município de Iguatu – CE - 2011

Indicador	Beneficiários		Não Beneficiários	
	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)
Saúde	0,12	20,08	0,12	21,43
Educação	0,10	16,43	0,09	16,07
Moradia	0,15	24,75	0,14	25,00
Cond. Sanitárias	0,08	12,72	0,07	12,50
Lazer	0,05	7,76	0,05	8,93
Econômico	0,11	18,26	0,09	16,07
<b>IQV</b>	<b>0,61</b>	<b>100,00</b>	<b>0,56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Neste propósito, verificou-se que os indicadores de moradia e saúde destacam-se como os de maior contribuição, representando a relevância dos indicadores para o bem-estar dos entrevistados. O indicador lazer apresentou o pior resultado. Como se observa na tabela 2, o IQV apresentou o valor 0,56 para os não-beneficiários e para os beneficiários 0,61, ambos dentro do intervalo de média qualidade de vida.

A tabela 3 mostra a distribuição relativa dos entrevistados segundo o nível de qualidade de vida. Quando se analisam os beneficiários tem-se que 26,6% possuem baixo nível de qualidade de vida, 66,6% médio nível e 6,68% alto nível. Já os não-beneficiários possuem 80% médio nível, 20% baixo nível e 0% possui alto nível de qualidade de vida. Importante citar que quando se analisa o índice de qualidade de vida, os seus indicadores são diretamente relacionados com políticas públicas

voltadas para saneamentos, escolas, condições de higiene e de lazer, não tendo um efeito direto do Programa Crediamigo sobre esses indicadores.

Tabela 3 – Distribuição relativa dos beneficiários e não-beneficiários segundo o nível de qualidade de vida no município de Iguatu - CE - 2011

Nível de Qualidade de Vida	Beneficiários	Não-Beneficiários
	Freq. Relativa (%)	Freq. Relativa (%)
Baixo Nível	26,66	20,00
Médio Nível	66,66	80,00
Alto Nível	6,68	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados do estudo, conclui-se que o sexo predominante dos entrevistados no setor urbano é o feminino, a idade média dos beneficiários é menor que dos não-beneficiários e o nível de escolaridade dos beneficiários é maior quando comparado com o dos não-beneficiários. O Índice de Qualidade de Vida obteve resultados semelhantes para os beneficiários e não-beneficiários. Em ambos os grupos a qualidade de vida dos entrevistados foi classificada como média. O fato dos beneficiários não apresentarem um IQV significativamente maior que o dos não-beneficiários sugere a pouca importância do Crediamigo na promoção de melhorias sociais no meio urbano.

Além disso, as maiores contribuições para o IQV vieram das condições de moradia, educação e saúde, e a menor veio do lazer, indicadores afetados diretamente por políticas públicas voltadas para construções de habitação, saneamento, escolas, postos de saúde, entre outros.

O Programa Crediamigo tem como objetivo expandir o atendimento aos pequenos comerciantes através da concessão de microcrédito produtivo e orientado. A pesquisa observou que a concessão de empréstimos ocorreu de forma rápida e sem burocracia. Todavia, percebeu-se a necessidade de um acompanhamento rigoroso da aplicação dos recursos concedidos e de uma orientação aos comerciantes quanto à sua melhor forma de atuação junto ao mercado.

Por fim, é válido ressaltar que as impressões aqui relatadas devem ser aprofundadas através de estudos posteriores para tornar possíveis conclusões definitivas quanto à eficiência e efetividade do Crediamigo.

**REFERÊNCIAS**

- ALVES, Caetano Lavorato; THEDIM Manuel. A importância da taxa de juros efetiva para garantir, no longo prazo, a estratégia do microcrédito produtivo orientado. ABCRED, 2004.
- AMARAL, Carlos. Microfinanças e Produção Sustentável nos Ambientes Costeiro e Marinho no Brasil: Possibilidades e Desafios. Estudo realizado a partir de solicitação da AGÊNCIA COSTEIRA, fevereiro de 2005, 61p.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Programas de Microcrédito. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em março de 2011.
- CARNEIRO, Murilo. Modelo de previsão de clientes insolventes no microcrédito: um estudo de caso com a Crescer - Crédito Solidário. Fonte Anais do XVII SLADE (Sociedade Latino-Americana de Estratégia). Congresso realizado em Itapema/Santa Catarina – Brasil, abril de 2004, 16p.
- DINIZ, João Hélder. Estudo sobre experiências de geração de renda e oferta de recursos financeiros às famílias pobres. 2002.
- FARRANHA, Ana Cláudia. Novas e velhas elaborações: anotações sobre o microcrédito no Brasil. 2005.
- FORTE, Cláudia Márcia de Jesus. Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina — PROLAM, Tese de Doutorado. São Paulo, 2006, 242p
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Estudos em Microfinanças (CEMF). Disponível em <http://www.eaesp.fgvsp.br>. Acesso em julho de 2011.
- GERALDO, Ivete. O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência do Blusol. Florianópolis, 2005.
- MACIEL, Harine Matos. Diagnóstico das Famílias Beneficiadas pelo Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal, 2009, 120p.
- MELO, Liana. Aceita palmas? No país do real, os mais pobres driblam a falta de dinheiro com a criação de moedas próprias. Istoé Online, 2003. Disponível em <http://www.terra.com.br>. Acesso em julho de 2011.
- MIRANDA, Izabel Cristina Alves. Avaliação da Sustentabilidade dos Programas de Financiamento Rural para o desenvolvimento rural do Estado do Ceará: estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2008, 95p.
- MONZONI NETO, Mario Prestes. Impacto em Renda do Microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. Tese de Doutorado da Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006, 194p

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues. Projeto São José e o Desenvolvimento Rural no Estado do Ceará: o caso da Comunidade Recreio – Iguatu, Ceará. Universidade Federal do Ceará (UFC). Dissertação de Mestrado, 2000, 75p.

NERI, Marcelo. O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro. Revista Conjuntura Econômica, março de 2008, 8p.

NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. Experimentando Microcrédito: Uma Análise do Impacto do CrediAMIGO sobre Acesso a Crédito. Ensaios Econômicos. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Dezembro de 2005, 67p.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L; FIORI, A. Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.

PARENTE, Silvana. Microfinanças: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, Coleção prazer em conhecer, v. 1, 2002, 192p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Disponível em <http://www.pnud.org.br/saneamento/reportagens>. Acesso em março de 2011.

ROCHA, Leonardo Andrade. O Impacto do Programa Bolsa Família sobre o bem estar das famílias beneficiadas no Estado do Ceará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2008, 82p.

RODRIGUES, Raimundo Nonato Moura. O impacto do microcrédito do Banco Popular de Teresina na renda do empreendedor de confecções. Dissertação de Mestrado, 2008, 57p.

SANT'ANNA, Jorge Luiz Fonseca de. Perfil e Desempenho dos Clientes do Programa Crediamigo em Fortaleza. Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Dissertação de Mestrado, 2000, 167p.

SCHRODER, Mônica. Finanças, Comunidades e Inovações: Organizações Financeiras da Agricultura Familiar – O Sistema Cresol (1995-2003). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005, 225p.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: o caso da região metropolitana de São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, fevereiro de 2007, 186p.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife – Pernambuco, setembro/2005, 95p.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Bradesco lança linha para o microcrédito com juros a 2%, 2003. Disponível em <http://www.financeone.com.br/notícia>. Acesso em julho de 2011.

UNIDADE DE ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS (UASF). Crediamigo é a 2ª maior instituição de finanças, 2007. Disponível em <http://www.uasf.sebrae.com.br>. Acesso em maio de 2011.

VALOR ECONÔMICO. Santander cria linhas de microcrédito e exportação, 2003. Disponível em <http://www.comexnet.com.br>. Acesso em junho de 2011.